



Simulado de Jurisprudências de LTE

Ref. Abril de 2025

Atendendo a pedidos dos meus atuais alunos e dos futuros colegas de trabalho na SEFAZ/RJ, elaborei estas 24 questões, que abrangem toda a jurisprudência relevante de LTE no período de 2020 a 2025.

Não se limite à leitura das teses fixadas: leia atentamente o resumo de cada decisão e procure identificar a *ratio decidendi*, ou seja, os principais fundamentos que levaram o Tribunal a julgar daquela forma. Essa abordagem facilitará a memorização das decisões e fornecerá a base necessária para que você construa uma argumentação sólida e mande muito bem numa eventual questão discursiva.

Vamos juntos até o fim!

Desejo uma excelente prova a todos e agradeço demais a confiança que tiveram em mim.

Forte abraço,

Prof. Addan Gracindo.

Se esse conteúdo faz diferença na sua preparação, considere me acompanhar nas redes sociais:



@addangracindo



Prof. Addan Gracindo

Questão 1

Em janeiro de 2025, o Auditor Fiscal Miro lavrou auto de infração de ICMS em face do contribuinte PAPO RETO LTDA - cuja ciência ocorreu em abril de 2025 -, por recolhimento a menor do imposto. Segundo apurou a ilustre autoridade fiscal, PAPO RETO não estornou créditos proporcionais em virtude de operações de saída com alíquota reduzida. Restou comprovado que não houve dolo, fraude ou simulação e os créditos indevidos foram decorrentes de erro cometido pelo escritório de contabilidade.

Com isso, Miro realizou a glosa de créditos do imposto que resultaram em ICMS a menor nos períodos de fevereiro e março de 2020.

Considerando a situação hipotética apresentada, as disposições do Código Tributário Nacional (CTN) e a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- (A) Não houve a decadência do crédito tributário, tendo em vista a lavratura do auto de infração no prazo de 5 anos contados da ocorrência do fato gerador, conforme previsão do art. 150, § 4º, do CTN.
- (B) Como não houve a declaração do débito em virtude do não estorno do crédito indevido, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, ou seja, a do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, motivo pelo qual não se operou a decadência do crédito tributário.
- (C) A regra do art. 173, I, do CTN, define o termo inicial do prazo prescricional mesmo quando há pagamento a menor do contribuinte. Se a diferença do imposto recolhido a menor foi objeto de lançamento de ofício pela autoridade fiscal, é inaplicável a regra estatuída no art. 150, § 4º, do CTN.
- (D) Nesses casos, a regra aplicada é a contida no art. 150, § 4º, do CTN. Entretanto, como não houve dolo, fraude ou simulação, aplica-se o disposto no art. 173, I, do CTN.
- (E) O termo inicial do prazo decadencial depende da circunstância de ter o contribuinte antecipado, ou não, o pagamento do imposto. Neste caso, o prazo decadencial rege-se pelo art. 150, § 4º, do CTN, tendo início na data da ocorrência do fato gerador.

Questão 2

O Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei X/2021, suspendendo regime de substituição tributária nas operações de saída interna de determinados produtos fabricados por estabelecimentos industriais localizados no Estado do Rio de Janeiro.

O Governador do Estado, com o objetivo de regulamentar a Lei X/2021, editou o Decreto Y/2022, determinando que a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária nas operações de saída interna dos produtos elencados pela referida lei se aplica a todos os produtos, sejam eles produzidos no Estado do Rio de Janeiro ou não.

Considerando a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta.

- (A) O Decreto Y/2022 fez mais do que a Lei X/2021 ao acrescentar a expressão “ou não”, uma vez que alargou a hipótese legal de suspensão da aplicação do regime de substituição tributária para estabelecimentos industriais de fora do Estado do Rio de Janeiro, pois a lei é clara ao limitar às operações realizadas por estabelecimentos situados no Estado; a Lei X/2021 não é válida, pois é inconstitucional a diferenciação tributária baseada na procedência das mercadorias, por meio da dispensa de regime de substituição tributária no recolhimento do ICMS.
- (B) O Decreto Y/2022 violou o princípio da legalidade ao ampliar a suspensão do ICMS-ST para operações com mercadorias produzidas fora do Estado do Rio de Janeiro. a Lei X/2021 é constitucional, uma vez que o regramento estadual disciplinou técnica de recolhimento de tributo dentro do espaço de conformação reservada ao ente estadual.
- (C) O Decreto Y/2022 extrapolou sua função regulamentar, posto que, de acordo com o CTN, somente mediante lei formal é possível suspender o regime da substituição tributária e a Lei X/2021 a restringiu a suspensão do ICMS-ST às saídas internas; a Lei X/2021 não é válida, tendo em vista que a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária no Estado somente poderia ser determinada através de Convênio CONFAZ.

- (D) O Decreto Y/2022 não possui densidade normativa suficiente a credenciá-lo ao controle abstrato de constitucionalidade, já que não se reveste dos atributos da generalidade, abstração, impessoalidade, sendo descabida a análise de sua constitucionalidade; a Lei X/2021 é inconstitucional na medida em que a neutralidade é baliza constitucional imprescindível na arquitetura de regime jurídicos de tributação, não podendo perseverar lei estadual protecionista que tenha fixado uma vantagem competitiva por meio de técnica de recolhimento por antecipação .
- (E) O Decreto Y/2022 foi editado em observância ao legítimo exercício do Poder Regulamentar do Chefe do Poder Executivo; a Lei X/2021 é constitucional e afigura-se como fruto do exercício do Poder Legislativo, como representação da vontade popular, não havendo a presença de qualquer prática discriminatória na medida.

Questão 3

No que concerne ao direito de crédito do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), com base na Constituição Federal, na LC nº 87/96 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta.

- (A) A jurisprudência firmou-se no sentido de que a não cumulatividade como direito constitucional é associada ao critério de crédito financeiro.
- (B) No que tange ao direito de crédito de ICMS dos denominados produtos intermediários, isto é, aqueles utilizados no processo industrial, é fundamental sua integração ao produto final, ou seja, consumidos no processo de forma imediata e integral.
- (C) A imunidade relativa ao ICMS sobre operações que destinem mercadorias para o exterior -assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores -, garante a manutenção e o aproveitamento do crédito do ICMS decorrente da entrada de mercadoria destinada ao uso ou consumo do estabelecimento, relacionada com a produção de mercadoria destinada à exportação para o exterior.

- (D) Não viola o princípio da não cumulatividade lei complementar que prorroga a compensação de créditos de ICMS relativos a bens adquiridos para uso e consumo no próprio estabelecimento do contribuinte, entretanto a norma precisa observar o prazo de 90 (noventa) dias da data da publicação que prorrogou o direito à compensação.
- (E) Inexiste afronta ao princípio da não cumulatividade na previsão, em norma estadual, de regime opcional de tributação, quando o contribuinte opta pela redução da base de cálculo do tributo, condicionada ao não aproveitamento de créditos do ICMS relativos às entradas tributadas.

Questão 4

Com relação ao regime de substituição tributária, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- I. Novos percentuais referentes à margem de valor agregado que integra a base de cálculo do ICMS-ST, por acarretarem majoração da carga tributária, devem surtir efeitos apenas no exercício financeiro seguinte à sua publicação.
- II. Não se extrai diretamente da Lei Kandir autorização expressa e suficiente a possibilitar a utilização de créditos de ICMS, acumulados na escrita fiscal, para compensação com valores devidos a título de ICMS-ST, razão pela qual, havendo expressa vedação a tal procedimento em lei estadual, inviável a adoção de exegese diversa.
- III. A restituição do ICMS na sistemática da substituição tributária para frente, em que o contribuinte substituído revende a mercadoria por preço menor do que a base de cálculo presumida para o recolhimento do tributo, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 5

De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, incide o ICMS sobre

- (A) alienação de salvados de sinistro pelas seguradoras.
- (B) saída de maquinário contratado sob a forma de comodato.
- (C) venda de veículo em consignação promovida por agência de automóveis.
- (D) fornecimento de água tratada por concessionária de serviço público.
- (E) operação de venda, realizada por locadora de veículos, de automóvel com menos de 12 (doze) meses de aquisição da montadora.

Questão 6

No que tange ao ICMS sobre a prestação do serviço de comunicação, com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que o imposto incide sobre o

- (A) serviço de habilitação de telefone celular.
- (B) serviço dos provedores de acesso à internet.
- (C) serviço de prestação de capacidade satélite.
- (D) serviço de comunicação multimídia.
- (E) serviço de prestação de informações conhecido como "auxílio à lista".

Questão 7

Acerca dos conflitos de competência entre ISS e ICMS, com base na Lei 116/03 e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que incide

- (A) ISS sobre as operações de venda de medicamentos preparados por farmácias de manipulação sob encomenda e ICMS sobre as operações de venda de medicamentos por elas ofertados aos consumidores em prateleira.
- (B) somente ISS sobre composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, ainda que destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, mesmo que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução.
- (C) ISS sobre operações relativas ao licenciamento ou cessão do direito de uso de software elaborado por encomenda e ICMS sobre a circulação de cópias ou exemplares de programas de computador produzidos em série e comercializados no varejo, os chamados softwares “de prateleira”.
- (D) ISS sobre o serviço de vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes e ICMS sobre o serviço de monitoramento e rastreamento de veículos, cargas, pessoas e semoventes.
- (E) ISS sobre a inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita) e ICMS sobre o serviço de *streaming*.

Questão 8

Com relação ao regime de substituição tributária, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- I. O substituto que deixar de apurar e recolher o ICMS por força de decisão mandamental favorável ao substituído responderá pelo tributo em caso de reforma da sentença, independentemente de dolo ou culpa.
- II. É devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS pago a mais no regime de substituição tributária para frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida, assim como deve-se complementar o ICMS diante da existência de diferença entre o valor do tributo designado no momento do cálculo do ICMS/ST e o montante efetivamente praticado na relação jurídica tributária.
- III. É constitucional a incidência da substituição tributária e do recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS para as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo “Simples Nacional”, na medida em que representa legítima opção político-legislativa em submetê-las a procedimento diverso do recolhimento por guia única (sistema de arrecadação unificada).

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 9

Acerca dos fundos estaduais, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência Supremo tribunal Federal.

- I. São inconstitucionais dispositivos de lei estadual que determinam o recolhimento ao Fundo Estadual do Transporte (FET) de percentual incidente sobre o valor destacado no documento fiscal relativo a operações de saídas interestaduais ou com destino à exportação de produtos de origem vegetal, animal ou mineral.
- II. É constitucional lei estadual que institui fundo atípico com a finalidade de promover o equilíbrio fiscal da respectiva unidade federada, desde que suas receitas possuam destinação genérica, podendo atender a quaisquer demandas.
- III. É constitucional lei estadual que condiciona o diferimento nas saídas internas com produtos agropecuários à contribuição pelos produtores rurais a fundo destinado a construção, manutenção, recuperação e melhoramento de rodovias estaduais.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 10

Com relação ao ICMS-DIFAZ, julgue os itens a seguir, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A cobrança do ICMS-DIFAL de empresas optantes do Simples Nacional deve ter fundamento em lei estadual em sentido estrito.
- II. É constitucional o dispositivo constante na lei de normas gerais que considera como Estado destinatário, para efeito do recolhimento do diferencial de alíquota do ICMS, aquele em que efetivamente ocorrer a entrada física da mercadoria ou o fim da prestação do serviço, quando outro for o domicílio fiscal do adquirente ou tomador.
- III. A aplicação da lei complementar que regulamentou a cobrança do Diferencial de Alíquotas do ICMS (Difal), não precisa observar os prazos constitucionais de anterioridade anual e nonagesimal, porque não houve instituição ou majoração de tributo. No entanto, o legislador complementar pode determinar prazo de 90 dias para a cobrança do Difal/ICMS de forma a garantir maior previsibilidade para os contribuintes.
- IV. É constitucional a cobrança antecipada de diferencial de alíquota de ICMS de sociedade empresária optante pelo Simples Nacional, exceto quando o contribuinte se encontrar na condição de consumidor final no momento da aquisição.
- V. É suficiente e adequada a edição de Convênio no âmbito do CONFAZ disciplinando a EC 87/2015, para que os estados-membros e o Distrito Federal (DF), na qualidade de destinatários de bens ou serviços, possam cobrar Diferencial de Alíquota do ICMS (Difal) na hipótese de operações e prestações interestaduais com consumidor final não contribuinte do Imposto.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Apenas os itens III, IV e V estão corretos.
- (D) Apenas os itens I, II, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 11

Acerca do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), julgue os itens a seguir, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

- I. É inconstitucional a incidência do imposto sobre transmissão causa mortis e doação (ITCMD) sobre o repasse aos beneficiários de valores e direitos relativos ao plano vida gerador de benefício livre (VGBL) ou ao plano gerador de benefício livre (PGBL) na hipótese de morte do titular do plano.
- II. É inconstitucional o diferimento do pagamento do ITCMD em casos de doação com reserva de usufruto.
- III. O Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD, referente a doação não oportunamente declarada pelo contribuinte ao fisco estadual, a contagem do prazo decadencial tem início na data em que o fisco teve conhecimento da ocorrência do fato gerador.
- IV. No arrolamento sumário, a homologação da partilha ou da adjudicação, bem como a expedição do formal de partilha e da carta de adjudicação, não se condicionam ao prévio recolhimento do imposto de transmissão causa mortis, devendo ser comprovado, todavia, o pagamento dos tributos relativos aos bens do espólio e às suas rendas.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (B) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 12

A respeito da base de cálculo do ICMS do setor de energia elétrica, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

- I. A demanda de potência elétrica não é passível, por si só, de tributação via ICMS, porquanto somente integram a base de cálculo desse imposto os valores referentes àquelas operações em que haja efetivo consumo de energia elétrica pelo consumidor.
- II. A Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST) e/ou a Tarifa de Uso de Distribuição (TUSD), quando lançada na fatura de energia elétrica, como encargo a ser suportado diretamente pelo consumidor final (seja ele livre ou cativo), integra a base de cálculo do ICMS.
- III. O adicional oriundo das bandeiras tarifárias integra a base de cálculo do ICMS.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 13

Com relação a taxas, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. O Estado-membro é competente para a instituição de taxa pelo exercício regular do poder de polícia sobre as atividades de pesquisa, lavra, exploração ou aproveitamento, de recursos minerários, realizada no Estado, mas é inconstitucional a instituição de taxa de polícia que exceda flagrante e desproporcionalmente os custos da atividade estatal de fiscalização.
- II. É ilegítima a cobrança das custas judiciais e das taxas judiciárias tendo por parâmetro o valor da causa, eis que viola a garantia constitucional da prestação jurisdicional e o acesso à Justiça.
- III. É inconstitucional a cobrança de taxa de segurança para eventos, visto que a segurança pública deve ser remunerada por meio de impostos, já que constitui serviço geral e indivisível, devido a todos os cidadãos, independentemente de contraprestação.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 14

Com relação ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

- I. Somente mediante lei estadual/distrital específica poderá ser atribuída ao te responsabilidade solidária pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA do veículo alienado, na hipótese de ausência de comunicação da venda do bem ao órgão de trânsito competente.
- II. Há desvio de finalidade no caso de lei ordinária alterar o aspecto temporal do IPVA para viabilizar, a um só tempo, o respeito à garantia da anterioridade, inclusive nonagesimal, e viabilizar a tributação dos veículos automotores pela alíquota majorada no exercício financeiro seguinte ao da publicação desse diploma legal.
- III. O princípio da igualdade tributária resta ofendido na hipótese de um veículo automotor novo submeter-se a alíquota distinta de IPVA em comparação a outro automóvel adquirido em anos anteriores no lapso referente aos 90 (noventa) dias da noventena, em certo exercício financeiro.
- IV. É inconstitucional condicionar o benefício de isenção fiscal do IPVA quanto à propriedade de veículos utilizados para o serviço de transporte escolar com a filiação de seus motoristas profissionais autônomos a sindicato ou cooperativa.
- V. Não afronta o fato gerador do IPVA (propriedade do veículo pela instituição arrendante) e nem altera o sujeito passivo da obrigação tributária a isenção relativa aos veículos adquiridos por meio de arrendamento mercantil (“leasing”) e usados no transporte individual de passageiros, na categoria aluguel, prestado por permissionários (taxistas).

É correto afirmar que estão corretos apenas os itens

- (A) I, II e V.
- (B) I, III e IV
- (C) I, IV e V
- (D) II, III e IV
- (E) II, III e V

Questão 15

Com relação ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. Somente nas hipóteses de antecipação do fato gerador do ICMS com substituição se exige previsão em lei complementar.
- II. A instituição de hipótese de substituição tributária do ICMS, imputando-se a estabelecimento atacadista o dever de recolhimento do tributo em relação às operações subsequentes, pode ser feita por meio de lei ordinária estadual, devidamente regulamentada por decreto.
- III. A antecipação, sem substituição tributária, do pagamento do ICMS para momento anterior à ocorrência do fato gerador, pode ser determinada por ato infralegal, posto que a fixação e a alteração de prazo para pagamento de tributo não se submetem à legalidade estrita.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 16

Com relação ao ICMS em operações de importação, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. Na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do desembaraço aduaneiro.
- II. Na importação sob encomenda, o destinatário jurídico da mercadoria é o estabelecimento encomendante, enquanto na importação por conta e ordem de terceiro o destinatário jurídico da mercadoria é empresa intermediária.
- III. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) incidente nas operações de importação de mercadorias tem como sujeito ativo o estado em que localizado o domicílio ou o estabelecimento do destinatário jurídico da mercadoria importada.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 17

Com relação às imunidades tributárias, julgue os itens a seguir, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A imunidade tributária cultural aplica-se à importação e comercialização, no mercado interno, do livro eletrônico (e-book) e dos suportes exclusivamente utilizados para fixá-los, como leitores de livros eletrônicos (e-readers), ainda que possuam funcionalidades acessórias.
- II. São inconstitucionais - pois violam o princípio da reserva legal e os direitos fundamentais à intimidade, à privacidade e ao sigilo de dados pessoais - normas editadas pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que obrigam instituições financeiras a fornecerem aos estados informações relacionadas às transferências e aos pagamentos realizados por clientes em operações eletrônicas com recolhimento do ICMS (como “pix” e cartões de débito e crédito).
- III. A imunidade tributária musical se aplica às importações de suportes materiais produzidos fora do Brasil, quando contenham obra musical de artista brasileiro.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (C) Apenas os itens I e III estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 18

Com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens seguir.

- I. Os valores dos créditos tributários extintos que decorram de compensação ou de transação devem integrar o cálculo do percentual de transferência da quota pertencente às municipalidades sobre o produto da arrecadação do ICMS relativo à repartição constitucional das receitas tributárias, na medida em que é desnecessário, para esse cômputo, o efetivo recolhimento do imposto.
- II. É constitucional norma estadual que estabelece critérios de cálculo do valor adicionado para fins de partilha do produto arrecadado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizadas em seus territórios.
- III. É dos Estados e Distrito Federal a titularidade do que arrecadado, considerado Imposto de Renda, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por si, autarquias e fundações que instituïrem e mantiverem.
- IV. Os programas de diferimento ou postergação de pagamento de ICMS não violam o sistema constitucional de repartição de receitas tributárias, desde que seja preservado o repasse da parcela pertencente aos Municípios quando do efetivo ingresso do tributo nos cofres públicos estaduais.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 19

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens seguir.

- I. Havendo alteração de prática reiterada da Administração Tributária de não cobrar determinado tributo, este somente poderá ser cobrado a partir do fato gerador posterior à modificação da orientação administrativa, em observância ao princípio da irretroatividade.
- II. Não incide ICMS sobre o serviço de transporte interestadual de mercadorias destinadas ao exterior.
- III. Não incide o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre o transporte intermunicipal de mercadorias destinadas à exportação.
- IV. Sacolas plásticas fornecidas aos clientes para o transporte ou acondicionamento de produtos, bem como bandejas, não geram creditamento de ICMS, diferentemente de filmes e sacos plásticos utilizados exclusivamente com o propósito de comercialização de produtos de natureza perecível, cuja aquisição autoriza o creditamento do ICMS.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 20

Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, julgue os itens seguir.

- I. O profissional de advocacia privada constituído por município por mandato com poderes expressos possui direito líquido e certo para o cadastramento e acesso aos dados utilizados pelos Estados no cálculo do valor adicionado referente ao ICMS, tendo em vista que é assegurado ao advogado examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos judiciais ou administrativos findos ou em andamento.
- II. O repasse referente à participação que o município faz jus sobre o ICMS compensado com precatório se dá com a aceitação desse último com forma de quitação do crédito tributário, não estando condicionado (o repasse) ao momento em que o crédito estampado no precatório for efetivamente disponibilizado em espécie, segundo a ordem cronológica
- III. A submissão do contribuinte a Regime Especial de Fiscalização, na modalidade de prazo especial e sumário de recolhimento do ICMS, motivada por situação de reiterada inadimplência, porque impõe restrições e limitações à atividade comercial do contribuinte, constitui verdadeira sanção política.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está correto.
- (B) Apenas o item II está correto.
- (C) Apenas os itens I e II estão corretos.
- (D) Apenas os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 21

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é constitucional

- (A) lei estadual que prevê a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre a operação de extração de petróleo e sobre a operação de circulação de petróleo desde os poços de extração até a empresa concessionária.
- (B) lei que prevê multa isolada para incidir diante da mera negativa de homologação de compensação tributária por não consistir em ato ilícito com aptidão para propiciar automática penalidade pecuniária.
- (C) norma estadual que concede benefícios fiscais de ICMS em operações que envolvam produtos originados em seu próprio território.
- (D) lei estadual ou distrital que, com amparo em convênio do CONFAZ, conceda remissão de créditos de ICMS oriundos de benefícios fiscais anteriormente julgados inconstitucionais.
- (E) norma distrital ou estadual que, mesmo adotando a técnica da seletividade, prevê alíquota de ICMS sobre energia elétrica e serviços de comunicação — os quais consistem sempre em itens essenciais — mais elevada do que a incidente sobre as operações em geral.

Questão 22

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal em matéria de ICMS, é correto afirmar que

- (A) o regime de antecipação de pagamento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS) constitui benefício fiscal próprio capaz de atrair a exigência de sua regulamentação por lei complementar.
- (B) viola o texto constitucional a chamada “norma geral antielisão”.
- (C) o concurso de preferência entre os entes federados na cobrança judicial dos créditos tributários e não tributários, previsto Código Tributário Nacional não foi recepcionado pela Constituição Federal.
- (D) é autônomo cada estabelecimento do mesmo titular, entretanto não se considera ocorrido o fato gerador do imposto no momento da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte para outro estabelecimento do mesmo titular.
- (E) a restituição de indébito tributário reconhecido na via judicial não pode ser efetivada administrativamente, eis que deve plena observância ao regime constitucional de precatórios.

Questão 23

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

- I. É constitucional a concessão de isenção de ICMS na aquisição de veículos por pessoas com deficiência, desde que haja expressa autorização em convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), ainda que em momento posterior à edição da lei estadual originária, devidamente alterada por uma nova legislação.
- II. Até que seja editada lei complementar federal sobre a matéria, a multa tributária qualificada em razão de sonegação, fraude ou conluio limita-se a 100% (cem por cento) do débito tributário, podendo ser de até 150% (cento e cinquenta por cento) do débito tributário em caso de reincidência.
- III. A redução de alíquota do ICMS requer a comprovação do impacto financeiro e orçamentário, além da celebração de convênio entre os estados e o Distrito Federal e a demonstração da essencialidade dos bens e serviços.
- IV. A inadimplência do usuário não afasta a incidência ou a exigibilidade do ICMS sobre serviços de telecomunicações

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- (B) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

Questão 24

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue os itens a seguir.

- I. As multas moratórias instituídas pela União, Estados, Distrito Federal e municípios devem observar o teto de 20% do débito tributário.
 - II. São constitucionais — e não usurpam competência tributária, não invadem matéria reservada à lei complementar, nem ofendem os princípios da proporcionalidade e da privacidade — norma de lei federal e convênio do Confaz que impõem o uso de equipamento Emissor de Cupom Fiscal (ECF) pelas empresas que exercem atividade de venda ou revenda de bens a varejo e pelas que prestem serviços e a inclusão, no cupom fiscal, da identificação da pessoa física ou jurídica compradora, da descrição dos bens ou serviços, da data e do valor da operação.
 - III. O princípio da anterioridade tributária, geral e nonagesimal, se aplica às hipóteses de redução ou de supressão de benefícios ou de incentivos fiscais que resultem em majoração indireta de tributos, observadas as determinações e as exceções constitucionais para cada tributo.
 - IV. É constitucional lei estadual que prevê a cobrança de taxas pela utilização, efetiva ou potencial, dos serviços públicos de prevenção e combate a incêndios, busca, salvamento ou resgate prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição pelo Corpo de Bombeiros Militar, assim como a lei estadual que dispõe sobre a cobrança de taxa de vistoria veicular para verificação de equipamentos de proteção contra incêndio.
- (A) Apenas os itens II e IV estão corretos.
 - (B) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
 - (C) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
 - (D) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
 - (E) Todos os itens estão corretos.